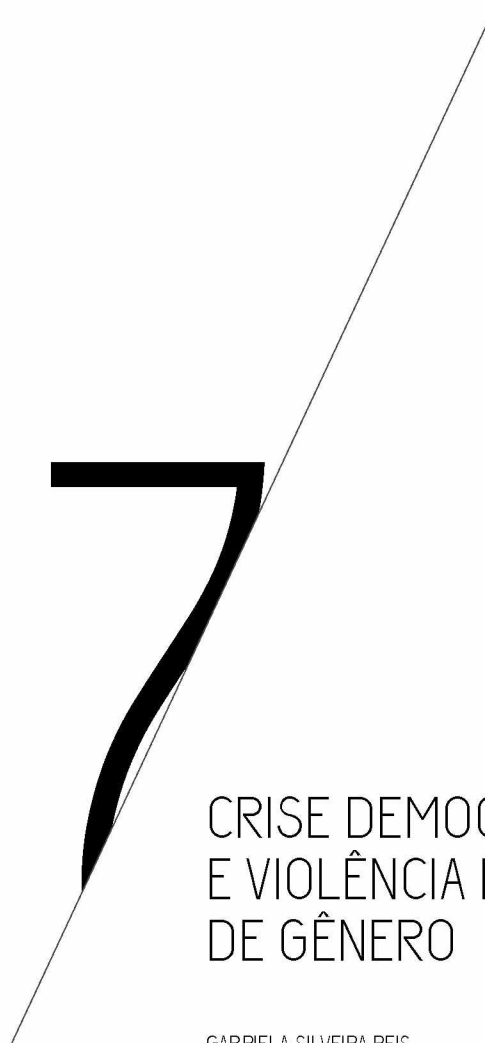


a. igualdade terá o rostro da mulher

ROSÂNIA RODRIGUES DE SOUSA
BEATRICE CORREA DE OLIVEIRA
ÁGNEZ DE LÉLIS SARAIVA
BRUNO LAZZAROTTI DINIZ COSTA
ORGANIZADORES



7

CRISE DEMOCRÁTICA E VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO

GABRIELA SILVEIRA REIS

Publicitária formada pela PUC-Minas e administradora pública pela Fundação João Pinheiro.

LETÍCIA GODINHO

Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pesquisadora na Fundação João Pinheiro (FJP) e integrante do Grupo de Pesquisa Estado, Gênero e Diversidade, da FJP.

7.1 INTRODUÇÃO

Os últimos anos foram marcados por notícias de convulsões político sociais. Em diversos países é possível observar a ampliação política de grupos conservadores, aliados à ascensão de líderes autocráticos. Lideranças essas que apontam diversas críticas à estrutura política vigente e contribuem para desgastar a opinião pública democrática. Apoiam-se em discursos ufanistas e aparentam ser patriotas, todavia, realizam ataques contra suas próprias populações e reiteram a exclusão social, política e econômica de minorias. A repetição desse padrão em diversos países do mundo apoia a perspectiva de que a atual escalada autoritária e o crescimento de movimentos antidemocráticos sejam fenômenos globais.

Uma das características mais singulares desse movimento conservador é o fato de se tratar de um movimento reacionário à ampliação para participação política de grupos tradicionalmente excluídos do debate político. Evidência disso é o tratamento concedido às mulheres que atuam no campo da política, em seus vários segmentos. Brasil, Chile, Argentina, Bolívia, entre outros países que compõem o Sul Global, vivem em suas histórias recentes diversos casos de ataques, simbólicos e físicos, às mulheres que integram essa esfera. Em reação, movimentos feministas de larga escala se organizam em defesa das liberdades das mulheres; surgem também novas propostas de atuação no sistema político, como os mandatos ou mandatas coletivas, com inclinação feminista e popular; também se observa, por fim, um crescimento significativo de candidaturas de mulheres negras, LGBT e trans, que retratam um impulso importante de segmentos de mulheres até então “minoritários”. Esse quadro evidencia o fato de que as mulheres se encontram no centro do debate sobre a democracia e sobre a atual crise democrática global.

É necessário entender que essas crises políticas partilham, além do uso sistemática de estratégias de violência e duras críticas ao Estado e a governos, uma específica representação das mulheres. A atual ampliação do autoritarismo em escala mundial se destaca não apenas por evidenciar uma crise democrática. Ela é reforçada por uma narrativa marcadamente patriarcal.

Para entender o modo como essas narrativas se organizam e seus efeitos na atuação políticas das mulheres, foram realizadas três entrevistas com mulheres brasileiras com trajetória de atuação na política¹. A primeira, Jô Moraes, possui longa trajetória parlamentar. Margarida Salomão, por sua vez, também atuou no parlamento e foi recentemente eleita para o cargo de prefeita municipal. Awelin Kambiwa foi candidata à vereadora e se mantém atuante em organizações da

¹ As entrevistas ocorrem em julho de 2020, por meio de aplicativos de videochamada, devido ao contexto de isolamento social provocado pela pandemia da Covid-19.

sociedade civil. Essas entrevistas ajudam a compreender como as entrevistadas percebem as oportunidades e hostilidades que lhes são apresentadas e como a arena política é vista por elas. Por meio da narrativa de suas trajetórias, é possível explorar os entraves encontrados pelas mulheres para persistir atuando na política, as situações de violência pelas quais passam e que caracterizam a esfera pública. Antes de adentrar as entrevistas, apresentamos alguns dados que ilustram o cenário de restrição e violência política para as mulheres, que caracteriza o momento presente.

7.2 O CENÁRIO DA VIOLÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL RECENTE

O Brasil se mantém ainda hoje, no cenário global, entre os piores países com relação à representação política de mulheres. Em levantamento recente, feito em 2021 pela ONU Mulheres, que ordenou 193 países com base nesse critério, o Brasil se encontra posicionado apenas no 142º lugar. Dentre os 11 países que compõem a América Latina, o Brasil se encontra em 9º lugar (UN Women, 2021).

Podemos elencar entre os fatores que explicam tal situação o caráter patriarcal da modernidade, esboçada a partir de um recorte e uma ruptura artificiais entre a esfera pública e a esfera privada, que gerou a expectativa de que as mulheres ficassem restrita à esfera doméstica e às tarefas do cuidado (Pateman, 1988). Assim, desde muito cedo, movimentos de mulheres lutam para fazer reconhecer a interdependência entre essas duas esferas e a necessidade de ocuparem a cena pública.

A interrelação entre essas duas esferas e as violências criadas para manter sua separação estão na raiz da interdição das à esfera pública: sobrecarga, divisão sexual e desigual do trabalho doméstico, desvalorização do trabalho de cuidado limitam o tempo e as oportunidades para participar da vida pública. Mesmo quando superam os diversos obstáculos existentes para esse acesso, incluindo o acesso ao âmbito político, as mulheres enfrentamos diversas formas de violência, que se materializam não apenas no público, mas também no privado. Nesse sentido, a chamada violência doméstica está intimamente associada à violência que ocorre na esfera pública, por exemplo, no mercado de trabalho e no sistema político. São expressões de um mesmo regime patriarcal, que pré-determina o que as mulheres podem ser, onde podem estar, como podem se expressar. Nessa visão, as mulheres

devem se restringir aos lugares de servir e cuidar, não podendo estar nas posições de decisão e comando.

Violências simbólicas, que vão desde o assassinato a formas mais sutis, são muito presentes no cotidiano das mulheres que ousam ocupar os lugares predestinados aos homens brancos, cis e ricos. Esse afastamento das mulheres dos lugares de tomada de decisão determina políticas públicas que possuem um olhar exclusivamente masculino, geralmente sexista e racista, e que decidem a forma como a humanidade vai bem (ou mal) viver, que tipo de sociedade se quer constituir e como se intervém sobre os problemas comuns. Os mecanismos de contenção do avanço as mulheres têm sido, infelizmente, muito eficazes, conforme os dados a seguir evidenciam.

As mulheres constituem cerca de 52 % do eleitorado brasileiro, segundo dados do TSE². Nas últimas eleições municipais, foram eleitas 648 prefeitas contra 4750 prefeitos, ou seja, os homens ainda ocupam 87 % desses cargos. Assim, houve um insignificante aumento, de 12 para 13 % de mulheres eleitas, entre as duas últimas eleições. Nas câmaras municipais, ocorre o mesmo: foram 9.196 vereadoras eleitas, frente a 48.265 vereadores eleitos (84 %).

Não regredimos, mas o avanço foi diminuto; o abismo, por sua vez, é gigantesco. Se pensarmos que a primeira vereadora brasileira foi eleita em 1935 e, 85 anos depois, o Brasil chegou à taxa de 13 %, isso significa que, com esse passo, chegaremos a 20 % de participação feminina nas câmaras municipais apenas no ano de 2065; 30 %, apenas no ano de 2132.

Outro imenso desafio é relativo ao crescimento da violência política de gênero desde as últimas eleições, sobretudo as ocorridas após o golpe contra a Presidenta Dilma Rousseff, em 2016. A violência política de gênero engloba as estratégias levada a cabo para conter o avanço das mulheres no sistema político, do ativismo feminista, passando pelas candidaturas femininas à sua eleição. Tem como objetivo mitigar as condições em que as mulheres disputam os cargos eletivos ou de permanecerem nos mesmos, quando eleitas. Ao serem alvos desse tipo de ataque, o objetivo é que passem a temer por suas vidas e de seus familiares e tenham que lidar com as demais consequências desse tipo de violência psicológica. A violência política de gênero é, certamente, um dos elementos fundamentais do processo de des-democratização que vivemos atualmente.

A MonitorA, uma pesquisa realizada em parceria entre a Revista AzMina e o InternetLab, analisou a violência política de gênero ocorrida nas últimas eleições. De setembro a novembro de 2020, a pesquisa acompanhou as redes sociais (Twitter, Instagram e YouTube) de 175 candidaturas, homens e mulheres, para

² <https://tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>

cargos de vereadora, vice-prefeituras e prefeituras. O estudo concluiu que, em comparação aos homens, as mulheres foram atacadas *pelo fato de serem mulheres* e por seus outros atributos – negras, idosas, trans. Já os candidatos masculinos que receberam em sua grande maioria ataques focados em sua atuação como políticos e gestores públicos – com exceção de idosos e GBT+, que também foram vítimas de ódio e agressões (AzMina; InternetLab, 2021).

A rede de organizações da sociedade civil reunida no TretaAqui.org também analisou os discursos de ódio disseminados na internet, ao longo das eleições de 2018 e 2020. Em seus relatórios, analisaram quem (perfil e partido) e que candidaturas que são atacadas, e as que atacam. Entre os dados, destacam-se: quem mais ataca são candidatos cis (66 %) e mulheres cis (33 %); dentre suas principais vítimas, mulheres cis (64,2 %) e homens cis (28,5 %). A maioria dos ataques proferidos são de natureza machista, seguido do grupo ou ideologia de quem é atacado; ataques fundados em racismo e LGBTfobia também são bastante significativos. Os dados confirmam, ainda, que os ataques ocorrem sobretudo no Facebook, Instagram e WhatsApp³.

Por fim, outro dado significativo apurado pelo TSE diz respeito aos crimes eleitorais ocorridos durante as eleições municipais em 2020. De um total de 360 crimes apurados, 99 foram homicídios tentados ou consumados, grande parte deles contra mulheres pré-candidatas, candidatas e suas apoiadoras. Tal dado evidencia a importância da escalada da violência política nos últimos anos.

7.3 AS ENTREVISTAS: JÔ MORAES, MARGARIDA SALOMÃO E AWELIN BUNIACÁ KAMBIWÁ

7.3.1 JÔ MORAES

Maria do Socorro, conhecida como Jô Moraes é natural do município de Cabedelo, na Paraíba e foi deputada federal por Minas Gerais por três mandatos, pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), partido ao qual se filiou em 1982. Atualmente, com 73 anos de idade, Jô Moraes tem ensino superior incompleto em Serviço Social, é divorciada e tem dois filhos adultos. Enquanto esteve deputada federal, foi Procuradora-adjunta da Mulher da Câmara dos Deputados. Além de parlamentar em nível federal, Jô foi também vereadora de Belo Horizonte, entre os anos de 1996 e 2000; e deputada estadual por Minas Gerais, em

³ Hotsite com os resultados da pesquisa disponível em: <https://dados.tretaqui.org>.

2002. Concorreu à prefeitura de BH em 2008 e a vice-governadora de MG em 2016, na chapa PT/PCdoB.

Acerca de sua trajetória política, Jô explica que a primeira luta em que ela se engajou foi enquanto estudante secundarista, quando se uniu a movimentos que reivindicavam o meio passe do transporte público. Conforme explica, luta essa que persiste ainda no Brasil. É, contudo, na época em que cursou Serviço Social, na Universidade Federal da Paraíba, que Moraes identifica como de seu ingresso político substantivamente. Na ocasião, ela era dirigente do Diretório Acadêmico e, em resposta ao assassinato do estudante fluminense Edison Luís, pela Ditadura Militar, ela organizou uma passeata em protesto, junto com outros colegas. Sua atuação política começa então no movimento estudantil.

Narra que foi presa duas vezes durante a ditadura. Uma por distribuir panfletos contra o regime autoritário e outra no congresso estudantil realizado em Ibiúna, em 1968. Jô afirma que foi presa política, já que essas prisões foram decorrentes das políticas antidemocráticas. Em virtude de sua luta política pela redemocratização do Brasil, Jô viveu aproximadamente 10 anos na clandestinidade, com diversas identidades, na região sudeste do país.

Vale notar que o crime cometido por Jô, segundo o regime militar, foi de “infração disciplinar”, decorrente da prática de “atos destinados à organização de movimentos subversivos”. Conforme previa art. 1º, § 1º, inciso II do Decreto-Lei nº 477 de 1969, que definia infrações disciplinares cometidas por docentes e discentes, tanto em instituições públicas como em privadas, a pena para alunos subversivos era “de desligamento, e a proibição de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino pelo prazo de três (3) anos” (Brasil, 1969). Em decorrência dessa pena, Moraes foi impedida de seguir com o curso de Serviço Social.

“Os processos eram quase inconscientes”, explica Jô Moraes sobre as circunstâncias de sua vida que contribuíram para que ela aderisse à luta política. Explica que quando ainda era estudante, havia missões de jovens estadunidense no país, vinculadas às pautas de educação. Essas missões causavam estranheza entre ela e seus colegas, que enxergavam um caráter colonialista nesses eventos. Para ela, tratava-se de uma emoção ou um sentimento contra as interferências estrangeiras; algo que os mobilizava em torno da “autonomia” do país. Diante das manifestações que fizeram em protestos a essas missões e à morte de Edison Luís, Jô e outros parceiros foram presos ou sofreram ameaças de prisão. Por isso, não se tratava para ela de uma “escolha política”, mas de luta pela sobrevivência.

Jô Moraes explica que a consciência feminista não esteve presente no início de sua trajetória política. Para a ex-deputada, essa consciência só surge no início dos anos 1990, quando o debate foi introduzido no PCdoB e foi convidada a falar da questão da mulher, em eventos internos.

No entanto, Jô se recorda de vários eventos de caráter machista em sua trajetória política – alguns mais, outros menos violentos – e destaca dois. O primeiro ocorreu quando atuava como presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Após uma audiência pública, muito tensa, dois deputados, um do Partido dos Trabalhadores e outro de um partido da direita, tentaram convencê-la de que não conseguiria presidir a Comissão. Jô explica que a intenção dos deputados era reunir-se com ela, para que a ensinassem a presidir os eventos da Comissão. E completa: “Claro que eu não aceitei reunião para dois machos me ensinarem a fazer política”. Conta que presidiu a Comissão com louvor, de modo que a reunião sobre “como conduzir” se mostrou afinal desnecessária.

O segundo caso ocorreu quando ela participava da Comissão de Segurança e Saúde, na qual debateu-se a possibilidade de retirar uma das condições que garantiam o direito ao aborto legal. Na ocasião, diversos parlamentares se pronunciaram e apresentaram argumentos contrários ou favoráveis à retirada desse direito. Contudo, após ela se pronunciar, um dos deputados presentes levantou-se e começou a gritar com ela, de forma profundamente agressiva. Entre os gritos, afirmava que ela “não tinha o direito de falar aqui”. Não sendo suficiente, ao final da sessão, foi feito um “corredor polonês” composto pelos defensores da redução dos direitos reprodutivos. Sobre esse episódio, Jô comenta:

O machismo chega a um ponto em que eles perdem a noção, perdem o controle, perdem o estilo. Só porque você está ali, defendendo uma mixaria de direitos sexuais e reprodutivos que foi conquistada em meados do século passado [...] E é uma conquista que eles tentam retirar toda vez e a toda hora (Moraes, 2020).

Jô Moraes explica que enxerga no cenário político brasileiro atual um desafio civilizatório. A crise democrática atual é promovida, segundo elas, por forças políticas “atrasadas e conservadoras”. Mas que não são tradicionais na história brasileira; pelo contrário, emergiram de camadas conservadoras e negacionistas. Por isso se caracterizam como “atrasadas”, não no sentido de vindas do passado, mas sobre a forma como se posicionam acerca da ciência, de seu desenvolvimento e, por consequência, da consciência.

Para ilustrar seu argumento, ela comenta como os debates fomentados pelo governo federal atual são organizados a partir de dois focos centrais, orientados pela forma como Bolsonaro situa a realidade. O primeiro, identificado por Moraes como o “banco da escola”, enfatiza os processos de construção da consciência. O segundo, se manifesta pela desconstrução do papel transformador da mulher.

Jô explica que “é no banco da escola que se inicia o processo de consciência política e crítica”. Assim, o atual planejamento da política educacional, sua concepção pedagógica e as tentativas de proporcionar a educação a distância como

prioritária, mostram um compromisso do governo federal em desmobilizar o caráter crítico dos processos educacionais. Além desses ataques contra as políticas de educação, podem também ser observadas investidas contra a cultura. Segundo argumenta, trata-se de destruir, de fato, as possibilidades de criação humana. “As pessoas se realizam na cultura, é uma realização humana por meio da criação”. Jô Moraes menciona, inclusive, que o termo “desconstruir”, frequentemente usado para se referir às políticas bolsonaristas, são eufemismos perto do que de fato se observa. Por esses motivos, a crise democrática assumiria dimensões civilizatórias.

Sobre o segundo foco, a desconstrução do papel transformador da mulher, ela interpreta que o bolsonarismo tem por foco reiterar os papéis tradicionais de gênero. Na perspectiva por ele representada, mulheres devem ser submissas e não podem dispor de autonomia econômica ou de visão política. Logo, as ações do poder público federal atual manifestam-se pelas tentativas de excluir as mulheres dos espaços deliberativos, admitindo-se suas presenças apenas quando agirem de modo subserviente. Jô identifica na ministra Damares a principal expressão disso: “o objetivo é manter a mulher encadeada”.

Por fim, explica que entende que a política só se qualifica se a mulher dela participar. “É imperativo que seja incluída a outra metade da população”. Como mensagem para mulheres que tenham interesse em aderir na vida pública, Jô faz um convite:

Se você está insatisfeita com os políticos tradicionais, venha para a política! Participe! Ajude, integre, fale, escute e escreva. Chame outras. Só assim o mundo vai melhorar, sem a mulher não tem esperança.

7.3.2 MARGARIDA SALOMÃO

Maria Margarida Martins Salomão nasceu em Juiz de Fora, Minas Gerais. Tem 70 anos, é solteira e não tem filhos. Formada em Letras pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Margarida fez mestrado em Linguística na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Doutorado e Pós-Doutorado na Universidade da Califórnia. Professora emérita da UFJF, Salomão foi deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT) de Minas Gerais desde 2013 e, atualmente, ocupa o cargo de prefeitura municipal de Juiz de Fora⁴.

Margarida conta que sua trajetória política se iniciou com a luta sindical, que a levou à disputa pela reitoria da Universidade Federal de Juiz de Fora. Depois, ela se candidatou à prefeitura de Juiz de Fora. Narra que, embora tenha começado com pouca expressão entre as intenções de voto, conseguiu executar uma campa-

⁴ No momento da entrevista, ocorrida em 2020, Margarida ainda não havia vencido as eleições municipais.

nha eleitoral forte, sobretudo, porque foi a primeira mulher a disputar a prefeitura do município. Em 2010, tornou-se primeira suplente para o cargo de Deputada Federal, do deputado Gilmar Machado, e assumiu em 2013, quando ele foi eleito prefeito de Uberlândia. Desde então, foi reeleita duas vezes.

Explica que sua família a apoiou para a candidatura, porque, como brinca, ela “já era um sucesso”. Sua trajetória de pesquisadora, com ampla atuação universitária, contribuiu para que acumulasse uma bagagem ampla de experiências. A disputa pública ocorreu quando ela já dispunha de uma carreira consolidada. Pondera, contudo, que se a decisão de ingressar na vida política ocorresse quando era mais jovem, com pouca experiência, talvez tivesse que se confrontar com “ranços familiares”.

Explica que, por ser solteira e sem filhos, nunca sofreu pressões relacionadas a dificuldades domésticas, ou seja, que pudessem influenciar negativamente em sua atuação política. Diante da ausência de demandas relacionadas ao cuidado, expõe: “tenho a minha vida ao meu dispor. Eu não sou um grupo de controle”.

Contudo, no que se refere às pressões sociais, inclusive intrapartidárias, ela avalia que:

Homens tem estratégias de sociabilidade que são masculinas. Eles se encontram, tem suas tratativas e confraternizações. E, na política, muitas coisas se resolvem em conversas informais. Não é apenas em reuniões. Pelo contrário, reuniões são parte. Inclusive, nesse momento que estamos vivendo, em que estamos fazendo política pela via remota, acho que uma das grandes dificuldades é essa: você perdeu a oportunidade de sair para jantar, onde você conversa sobre as coisas com mais conteúdo, com mais densidade, do que se você realizar essa reunião pelo WhatsApp ou Zoom, as quais duram cinco minutos. Nelas, cada um fica olhando de sua tela. Então, os homens têm essa sociabilidade masculina, como um elemento a seu favor.

Outra questão que Margarida aponta é que homens desconfiam de mulheres e de suas aptidões para atividades públicas, sobretudo, para liderar. A parlamentar explica que não se trata de um preconceito expresso, mas de expectativas negativas. Aponta ainda que esse preconceito é algo muito complexo, pois é em grande parte velado, não evidente, sendo seu combate, por isso, dificultado.

Margarida explica que os ataques de violência machista que recebe são simbólicos. Nunca foi vítima de agressões físicas, mas explica que observa que mulheres sofrem ataques por causa das escolhas de vida que fazem: à imagem, aparência, sexualidade, como vive etc. Homens, por outro lado, são atacados “por seus feitos durante a vida pública”.

Os ataques à vida pública também ocorrem contra mulheres, observa Salomão; todavia, “a mulher é desconstituída por suas características pessoais, que

sempre contam como elementos potencialmente negativos”. Logo, os atributos físicos da mulher contribuem para sua desmoralização. Margarida entende que o objetivo desses ataques é constranger. Atualmente, as redes sociais contribuem para que essas situações como essas ocorram e se propaguem em enorme velocidade. Contudo, como observa, isso já ocorria antes da ascensão das mídias digitais, em forma de “fofoca”. Assim, “antes das redes, havia o teatro invisível e, nesse ponto, as mulheres sempre são muito atacadas. E são atacadas por serem mulheres”.

Reconhece que, apesar de não ser seu caso, muitas colegas parlamentares já foram confrontadas fisicamente. Conforme analisa, essas violências físicas ocorrem principalmente com o que chama de “jogo do corpo”: o agressor não realiza ataques físicos, propriamente, mas sugere, com seus movimentos corporais, que o faria.

Independente da forma como ocorrem, Margarida indica que o objetivo das violências e constrangimentos é retirar a mulher do jogo político. Quando se trata de agressões simbólicas, o que o patriarcado procura, na visão da deputada, é “criar uma situação tão desagradável que você saia fora. Assim, o constrangimento atua como arma política para desencorajar a participação da mulher nas disputas”.

Entre os episódios narrados sobre violência simbólica, ela destaca o formato das reuniões partidárias. Margarida explica que é filiada ao Partido dos Trabalhadores e que seus correligionários são “politicamente corretos”. Contudo, como qualquer grupo privilegiado, vários desses homens reverberam preconceitos de gênero, mesmo quando lutam contra isso. No caso das reuniões partidárias, ela aponta que, com frequência, primeiro se manifestam os homens, antes de conceder a palavra para as mulheres. Além disso, é comum após as mulheres iniciarem a exposição de suas ideias, muitos homens se levantarem e irem embora. Em decorrência de episódios como esse, conta que chamou a atenção dos colegas que, finalmente, perceberam o que estavam fazendo. Ela entende haver uma diferença entre o machismo desses homens e de homens de outros partidos. Primeiro, porque enxerga em seus colegas a intenção de não agir de modo sexista. Margarida contou que, após conversar com esses homens sobre seu comportamento, eles se mostraram envergonhados. Assim, entende que são pessoas dispostas a encarar seus preconceitos e a confrontar o machismo decorrente da socialização patriarcal. A segunda diferença que identifica é a maior hostilidade entre homens de partidos conservadores e fundamentalistas.

Sobre o papel do feminismo na sua trajetória, ela explica que ela não é uma pessoa, mas uma *mulher* na luta pública. Margarida deixa o seguinte convite às mulheres: “Vamos à luta! Não se deixem constranger. Enfrentem a dificuldade que houver, porque vale a pena fazer essa luta. É uma luta a favor da humanidade, não só a favor das mulheres”.

7.3.3 AVELIN BUNIACÁ KAMBIWÁ

Avelin Buniacá Kambiawá é natural de Ibimirim, Pernambuco. Tem 39 anos, é solteira e tem uma filha. Socióloga, especialista em políticas públicas de gênero e raça, Avelin é indígena da etnia Kambiawá e filiada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Candidatou-se vereadora de Belo Horizonte, em 2016, não tendo sido eleita. Atualmente, atua na Gabinetona, o coletivo de mandatos parlamentares que atua a partir de ações e estratégias compartilhadas. Especificamente, ela coordena o projeto IndianizaBH, que busca promover a desconstrução de preconceitos contra as populações indígenas que vivem na região metropolitana de Belo Horizonte e potencializar ações voltadas à sua integração na cidade.

Avelin explica que sua vida política começou fora da política institucional, atuando em movimentos sociais aos quais aderiu em decorrência de perceber as injustiças sociais provocadas pelo racismo. Com efeito, o preconceito étnico-racial foi utilizado para impedir sua participação política em diversas ocasiões.

Conta que, na escola, ela se interessava pelo grêmio estudantil, mas que em decorrência de preconceitos étnicos e de classe, não conseguia integrar as chapas. Foi apenas quando se transferiu para a Escola Estadual Governador Milton Campos, conhecido em Belo Horizonte como o “Estadual Central”, que conseguiu se colocar de forma mais significativa. Em sua percepção, esse colégio era mais diversificado e, por isso, mais aberto para pessoas de diferentes origens.

Avelin explica, ainda, que sua trajetória política está imbricada com a luta do povo indígena em Belo Horizonte. Na capital mineira, essa população muitas vezes é associada a espaços específicos, como a *Feira Hippie* ou a venda de artesanato na Praça Sete, situada no centro. Essa associação faz com que os povos indígenas não tenham a liberdade de existir de forma integral em sua própria cidade; não têm o direito de ser quem são em locais para além desses. Para a socióloga, esse impedimento de ocupar os espaços públicos é uma forma de silenciamento das populações indígenas, que ocorre de forma macro, principalmente, pela ausência de políticas públicas.

Outro espaço onde sofreu racismo foi na universidade (UFMG), onde se formou em Sociologia:

A universidade também é um desafio para os povos indígenas, porque ainda é um lugar em que se valoriza o “merecimento” e que desvaloriza as cotas. Mesmo se não for [o caso de ter entrado na universidade] por cota, as pessoas esperam que você esteja lá por “rabo preso” com alguém. Não se considera que é por causa de um conhecimento, de um saber daquele parente. Então o racismo na universidade também é muito grande.

Assim, explica que o racismo, muito frequentemente associado ao preconceito de brancos contra negros, ataca também povos indígenas: “o racismo contra os povos indígenas é real e ele mata mesmo”. Narra, então, um episódio de

assassinato de um artesão Pataxó, em Belo Horizonte, que ficou na impunidade. Em decorrência dessa injustiça, conta que sentiu a necessidade de se organizar juntamente com pessoas oriundas de outras etnias indígenas na luta por direitos básicos na cidade.

Entre as batalhas enfrentadas, aponta a proibição da exposição do artesanato indígena nos arredores da Feira Hippie. Segundo explica, a venda de mercadorias nessa feira está condicionada à adesão a um conjunto de procedimentos burocráticos e, conseqüentemente, muitos custos para o expositor. Motivados por essa premissa, comerciantes “oficiais” da feira, sentindo-se injustiçados pela exposição do artesanato indígena em suas margens, lutaram para barrar os povos originários ali atuantes. Foi assim que a luta pelo direito indígena de expor seu trabalho na cidade chamou atenção do Muitas, movimento político que propõe a candidatura conjunta e unificada de coletivos e movimentos sociais. Dessa relação com o Muitas, em 2016, saiu candidata a vereadora de Belo Horizonte. Apesar de não ter vencido, passou a integrar o projeto Gabinetona.

Uma de suas principais pautas é mesmo a luta indígena. Segundo analisa, o Brasil vive, desde a ocupação portuguesa, diversas ondas de genocídio contra os povos originários. As políticas (ou sua ausência) voltadas a esses povos, de modo geral, promovem o apagamento dessas populações: “querem apagar nossa presença e identidade. Então, querem negar o pertencimento. Dentro da cidade, o indígena deixa de ser indígena”. Avelin explica que do ponto de vista da sociedade ocidental, esse indivíduo está deixando suas origens quando quer se integrar a ela. Logo, é negado às populações indígenas o acesso aos equipamentos urbanos e a diversas tecnologias, com base na justificativa de que tal acesso as descaracterizaria. Mas o que ocorre, na verdade, é a negação do pertencimento, um verdadeiro processo de exclusão social e político.

Ela narra outro episódio: quando saiu candidata, a Justiça Eleitoral negou seu direito a usar o cocar em sua foto, o que identificou como racismo. Para Avelin, houve o impedimento de ser quem é quando buscou ocupar o espaço político institucional.

Sobre a relação entre o patriarcado e sua luta étnica, Kambiwá denuncia que o projeto político colonial contou com o sequestro e o estupro massivo das mulheres indígenas. Para a socióloga, para além de saquear recursos naturais, os portugueses se apropriaram do corpo dessas mulheres. Essa construção da mulher indígena como objeto sexual foi tão forte que, como explica, até hoje se manifesta como fantasia de carnaval hiper sexualizada. Ela associa o cerceamento da terra ao cerceamento do corpo da mulher indígena.

Avelin julga, também, que essa apropriação dos corpos femininos indígenas contribuiu para realizar o povoamento de várias regiões do país, sempre garan-

tindo que a identidade passada adiante era a do estuprador. “Quando nascem os filhos, não é o nome da mãe sequestrada ou sua cultura que eles carregavam, mas o dos pais. Como os filhos eram criados a partir dos costumes dos pais, há o apagamento das tradições indígenas”. Por esse motivo, reflete que a pauta de gênero não pode ser afastada ou analisada de forma isolada. “A gente não consegue desvincular gênero de todas as lutas que a gente atravessa”. Com isso, sua perspectiva de feminismo é mais ampla e está conectada com as visões de mundo de sua etnia. E observa que para isso não cabe o “rótulo acadêmico”.

Sobre o papel de sua família em seu ingresso na luta política, conta que seus pais se preocuparam, principalmente em decorrência do caráter inacessível da política, associados aos custos, à violência, à segregação étnico-racial. Contudo, embora preocupados, perceberam que era uma luta importante. O fato de ser mãe solo, em contrapartida, cria dificuldades, que ela supera com o apoio dos pais, que ajudam a cuidar da filha. Esse desafio é reforçado, segundo ela, pelas dificuldades impostas pela mobilidade urbana deficitária, que dificulta o acesso a locais como a Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte.

Ainda assim, sua perspectiva para o futuro é otimista. Nota que há mudanças positivas, decorrentes de uma maior organização das mulheres. Deixa a seguinte mensagem para aquelas que tenham interesse em aderir à vida pública: “Nunca permita que te silencie. E se acontece alguma vez, não leve isso como culpa, mas como aprendizado”.

7.3.4. UM BALANÇO

As entrevistas reforçam os dados anteriormente trazidos. Os relatos trazem concretude a muitas barreiras, preconceitos e violências por que passam as mulheres em sua atuação política. Em geral, os homens, na política, não esperam que mulheres sejam suficientemente competentes para manejar os acontecimentos que ocorrem nesse espaço, como indica o relato de Jô Moraes, por exemplo, sobre presidir uma comissão. Ainda que bem-intencionados, muitas vezes reiteram a exclusão das mulheres do espaço público, de deliberação e de poder, não as enxergando capazes de ocupar esse lugar.

As respostas das entrevistadas denotam a criação de estratégias para evidenciar as habilidades políticas, supostamente masculinas, são também de seu domínio e com isso, confrontam os papéis de gênero que lhe são imputados.

Parte das entrevistas analisam a atual conjunta, reforçando a centralidade da questão de gênero no projeto político conservador. Conforme Jô denuncia, sua expectativa sobre as mulheres é a da submissão e, conseqüentemente, as políticas para esse grupo visam excluí-lo dos espaços deliberativos, admitindo suas presen-

ças apenas de modo subserviente. Reitera, afinal, a visão de que a atual crise democrática tem dimensões profundamente patriarcais.

Também se identifica a dimensão da socialização como elemento fundamental para difundir os papéis de gênero, os quais, compreendidos de forma naturalizada e estanque, são fatores importantes no estabelecimento, para as mulheres, de barreiras de acesso à política. Assim, há uma construção social do “feminino”, que promove expectativas de como cada sexo ou gênero deve se comportar nas esferas pública e privada. Como destacado por uma das entrevistadas, as interrelações entre essas esferas trazem consequências para a experiência política, que não acontece apenas no âmbito público. Em decorrência desses processos, ocorridos no privado, como conversas informais e confraternizações, homens constituem dinâmicas próprias e exclusivas de diálogo e tomada de decisões. Dado que as mulheres não participam dessas experiências propriamente masculinas, são naturalmente excluídas de processos deliberativos importantes. É importante reforçar que essas formas de sociabilidade masculina, além de permear os processos de deliberação política, servem para manter os preconceitos explícitos e velados.

Além disso, avaliam a forma como homens são questionados por seus feitos, enquanto mulheres o são por seus atributos físicos e pessoais, bem como suas escolhas de vida.

Uma das entrevistas traz outro elemento que reforça a interrelação entre a atuação na esfera privada e na vida pública e atenta para as dificuldades enfrentadas por mulheres na vida política, decorrentes da maternidade. Da mesma maneira, da ausência de políticas públicas que promovam a conciliação entre a vida particular e pública, problema que afeta de forma mais significativa as mulheres que são responsáveis pelo cuidado de outras pessoas.

Por fim, retoma-se a questão da interseccionalidade entre as dimensões de gênero e raça; ou seja, um dos relatos evidencia como diferentes segmentos de mulheres sofrem formas específicas de violência política, naquele caso, em decorrência da sua etnia. Assim, os fatores que limitam sua atuação política são amplificados pela sobreposição de situações de exclusão às quais está exposta.

7.4 IMPLICAÇÕES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

Constatar as dificuldades enfrentadas por mulheres ao buscar ocupar e se inserir nos espaços políticos traz à tona reflexões sobre políticas públicas que pos-

sam contribuir para ampliar a participação de mulheres no sistema representativo. As políticas de cotas para mulheres no parlamento, implementadas por meio de legislações que definem uma porcentagem mínima de candidaturas de mulheres por partidos ou até mesmo de reserva de recursos financeiros para as candidaturas já existem e são ações importantes. Contudo, vale mencionar que há muitas dificuldades em sua implementação, o que restringe muito sua eficácia, conforme indicam os dados apresentados inicialmente. Os casos das “candidaturas laranja” expressam várias dessas dificuldades e constituem uma forma de violência econômica sofrida pelas mulheres candidatas. Por meio de candidaturas femininas falsas, líderes partidários drenam os recursos que deveriam receber para candidaturas masculinas, preferenciais. Essa estratégia reforça o fato de que os partidos continuam a ser, em geral, os espaços da reserva masculina, branca, cis e rica, que controla o monopólio do poder político dos homens brancos. Logo, é preciso ações tanto para controlar de modo efetivo a forma como recursos são gastos ou como candidaturas são apresentadas, quanto para abrange o enfrentamento da violência política.

A legislação eleitoral em vigor não tem recursos para lidar com uma das dimensões mais fundamentais do problema, as violências ocorridas por meio da internet. É preciso construir iniciativas que envolvam diferentes atores institucionais e setores da sociedade civil, e com foco sobretudo nas redes sociais, que devem ser urgentemente reguladas. Trata-se do ambiente em que os ataques de violência política ocorrem e se difundem da maneira mais rápida e significativa, com impactos importantes sobre as mulheres que atuam na política.

Todavia, limitar o debate da exclusão política da mulher à campanha eleitoral é deixar o tema sucumbir ao ostracismo. Uma vez eleitas, as mulheres persistem excluídas dos processos deliberativos. Ainda que mulheres ocupem mandatos no parlamento, sofrem um conjunto de processos de exclusão, seja na cena pública seja nos bastidores. O cenário político brasileiro atual é uma fonte rica de estudo para se possa identificar as dinâmicas patriarcais que atentam contra a participação política da mulher e, conseqüentemente, contra democracia. Há poucas mulheres atuantes em cargos eletivos, e é possível notar as diversas violências engendradas contra aquelas que buscam ocupar esses espaços, além da dificuldade de participação política decorrente de empecilhos impostos pela sobrecarga de trabalho. Trata-se de situações que ilustram tanto a crise democrática, quanto a exclusão política de mulheres.

Assim, entender a exclusão da mulher do cenário político passa por desconstruir os papéis de gênero aos quais às mulheres são condicionadas. Por meio da designação de papéis convencionais de gênero, busca-se constringer as mulheres ao espaço privado e doméstico. Logo, é urgente assimilar que isso implica na limitação do exercício da autonomia das mulheres.

A política pública para ampliar a participação política da mulher deve, portanto, ser holística. Buscar integrar diversas dimensões de exclusão que se inter-relacionam e reverberam em diferentes barreiras ao exercício de sua autonomia.

REFERÊNCIAS

GOMES, A. *et al.* MonitorA: Relatório sobre violência política online em páginas e perfis de candidatas(os) nas eleições municipais de 2020. *Revista AzMina*; InternetLab, São Paulo, 2021. Disponível em: https://www.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2021/03/5P_Relatorio_MonitorA-PT.pdf.

KANBIWÁ, A. B. [Entrevista cedida a] Gabriela Reis. Belo Horizonte, jul. 2020.

MORAES, J. [Entrevista cedida a] Gabriela Reis. Belo Horizonte, jul. 2020.

PATEMAN, C. *The sexual contract*. Toronto: Stanford University Press, 1988.

SALOMÃO, M. [Entrevista cedida a] Gabriela Reis. Belo Horizonte, jul. 2020.

TRETAQUI.ORG. *Cinco semanas de TRETAquí!* [s.l.], 2021. Disponível em: <https://dados.tretaqui.org>.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). *Estatísticas eleitorais*. [s.l.], [s.d.] Disponível em: <https://tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>.

UN WOMEN. *Women in politics*. [s.l.] 2021. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2021/03/women-in-politics>.